

SPDM - Associação Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina
Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana

CNPJ nº: 61.699.567/0058-28

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana** que integra a S.P.D.M..

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a

sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equi-

pes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28.02.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
ATIVO	2016	2015
Ativo Circulante	257.466.774,28	122.013.480,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.795.454,11	3.876.562,98
Bancos conta movimento (nota 4.1)	336.538,98	2.263,23
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	2.458.915,13	3.874.299,75
Clientes	241.612.455,53	117.443.520,57
P.M.S.P.- Ipiranga/ Jabaquara /V.Mariana (nota 4.3)	218.655.926,96	91.499.195,39
Valor Estimado -		
Rescisão de Contrato (nota 4.4)	22.956.528,57	0,00
Valores em Negociação - Convênio/Contrato	0,00	25.944.325,18
Outros Créditos (nota 4.5)	12.875.915,62	551.699,66
Antecipações salariais	763,09	2.987,17
Antecipação de férias	1.350.378,41	495.871,99
Outros créditos e adiantamentos	11.442.884,12	31.170,50
Depósito judicial	81.890,00	21.670,00
Despesas Pagas Antecipadamente	1.189,38	0,00
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 10)	1.189,38	0,00
Estoques	181.759,64	141.697,08
Estoques (nota 4.6)	181.759,64	141.697,08
Ativo não Circulante	476.022.836,21	587.737,80
Ativo Realizável a Longo Prazo	475.474.072,28	0,00
Depósito Judicial	15.670,00	0,00
Contratos/Convênios		
Públicos a Receber (nota 4.3)	475.458.402,28	0,00

Ativo Imobilizado -		
Bens de Terceiros (nota 5)	548.763,93	587.737,80
Imobilizado - Bens de Terceiros	871.945,21	688.919,37
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros	(323.181,28)	(101.181,57)
Total do Ativo	733.489.610,49	122.601.218,09

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015
1 - Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral à Saúde - Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretiz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde por intermédio das Secretarias de Saúde celebra o Contrato de Gestão nº 05/2015 com o Município de São Paulo, tendo como objetivo o Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana com as Políticas de Saúde do SUS, com início em 08/05/2015. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1 da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária.** A Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14, estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benefiteiros, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Em outubro de 2013 a Lei

PASSIVO	2016	2015
Passivo Circulante	233.348.544,74	102.406.122,99
Fornecedores	131.535,93	55.817,70
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.636.436,39	1.125.953,83
Salários a pagar	6.770.992,74	5.888.109,96
Contribuições a recolher (nota 4.11)	1.810.438,59	1.627.771,03
Provisão de férias (nota 4.8)	11.296.163,12	9.487.435,43
Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.8)	903.693,05	758.994,83
Provisão PIS sobre		
13º Salário e Férias (nota 4.8 e 4.9)	112.961,63	0,00
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	0,00	166.692,33
Impostos a recolher (nota 4.12)	2.370.598,90	2.079.671,42
Previdência Privada	0,00	4.050,00
Obrigações Tributárias	243.577,80	211.954,30
Acordo Trabalhista a pagar	83.779,62	0,00
Outras contas a pagar	8.290.769,65	259.987,18
Outros valores de terceiros	0,00	92,50
Convênios/Contratos		
públicos a realizar (nota 6.2)	199.697.597,32	80.739.592,48
Passivo não Circulante	500.141.065,75	20.195.095,10
Provisão de Despesa		
Processos Trabalhistas (nota 4.14)	55.402,53	0,00
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 5)	871.945,21	688.919,37
Ajustes vida útil econômica -		
Bens de terceiros (nota 5)	(323.181,28)	(101.181,57)
Valor Estimado -		
Rescisão de Contrato (nota 4.10)	24.078.497,01	19.607.357,30
Convênios/Contratos		
Públicos a realizar (nota 6.3)	475.458.402,28	0,00
Total do Passivo	733.489.610,49	122.601.218,09
Patrimônio Líquido (Nota 7)	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	733.489.610,49	122.601.218,09

12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do **caput** não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfiteiros ou equivalentes da instituição de que trata o **caput** deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana** - Rua Júlio Felipe Guedes, nº 200 - Jardim Botucatu - São Paulo - SP - CEP 04.174-040, CNPJ nº 61.699.567/0058-28. **3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apolam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Receitas Operacionais com Restrições	2016	2015
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrição	221.905.131,09	103.556.316,84
P.M. S.P. - Ipiranga Jabaquara Vila Mariana	183.602.005,95	85.260.877,06
Trabalho Voluntário (nota 8.4)	7.660,22	5.705,97
Isenção Usufruída -		
INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	32.782.928,06	15.705.655,41
Isenção Usufruída -		
INSS Serviços Terceiros (nota 8.2)	4.476,67	26.252,07
Isenção Usufruída - COFINS (nota 8.3)	5.508.060,19	2.557.826,33
(-) Receita Líquida de Serviços		
Prestados com Restrições	221.905.131,09	103.556.316,84
(+) Outras Receitas com Restrições	496.087,23	587.691,18
Outras Receitas	606,45	1.223,83
Financeiras	495.480,78	586.467,35
(=) Receita Líquida com Restrições	222.401.218,32	104.144.008,02
(-) Custos dos Serviços		
Prestados com Restrições	207.352.763,61	73.663.308,23
Serviços Pessoal Próprio	144.670.492,37	65.537.937,79
Serviços Terceiros Pessoa Física	22.383,33	131.260,23
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	21.748.966,66	4.961.327,19
Manutenção e Conservação	1.148.124,16	2.052.832,27
Mercadorias	2.240.365,67	874.305,76
Tributos	178.577,07	105.644,99
Custos - Bens Permanentes de Terceiros	76.113,95	0,00
INSS Patronal -		
Serviços Próprios (nota 8.1)	32.175.595,64	0,00
INSS Patronal -		
Serviços de Terceiros (nota 8.2)	4.476,67	0,00
COFINS (nota 8.3)	5.087.668,09	0,00
(=) Superávit Bruto com Restrições	15.048.454,71	30.480.699,79
(-) Despesas		
Operacionais com Restrições	15.048.454,71	30.480.699,79
Serviços Pessoal Próprio	2.730.736,71	6.350.121,25
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	9.094.295,89	5.402.486,46
Manutenção e Conservação	11.420,00	119.915,98
Mercadorias	213.018,41	239.375,22
Financeiras	60.270,93	70.403,64
Outras Despesas	1.893.227,76	0,00
Tributos	4.068,27	2.957,46
Despesas Bens Permanentes de Terceiros	6.032,00	0,00
Trabalhos Voluntários (nota 8.4)	7.660,22	5.705,97
Isenção Usufruída -		
INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	607.332,42	15.705.655,41
Isenção Usufruída -		
INSS Serviços Terceiros (nota 8.2)	0,00	26.252,07
Isenção Usufruída - COFINS (nota 8.3)	420.392,10	2.557.826,33
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições (Nota 4.16)	0,00	0,00

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(611.968.412,58)	(117.995.220,23)
(Aumento) Redução em estoques	(40.062,56)	(141.697,08)
Aumento (Redução) em fornecedores	372.623,17	1.180.445,53
Aumento (Redução) em		
contas a pagar e provisões	610.554.743,10	120.833.034,76
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(38.973,87)	587.737,80
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(1.120.082,74)	4.464.300,78
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	38.973,87	(587.737,80)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	38.973,87	(587.737,80)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	90.187,13
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	(90.187,13)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.081.108,87)	3.876.562,98
No início do período	3.876.562,98	0,00
No final do período	2.795.454,11	3.876.562,98

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
1 - Receitas	221.905.737,54	103.557.540,67
1.1) Prestações de serviços	183.609.666,17	85.260.877,06
1.2) Outras Receitas	606,45	1.223,83
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	38.295.464,92	18.295.439,78
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	33.017.818,30	12.451.912,68
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	2.240.365,67	1.113.680,98
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	30.635.035,75	11.338.231,70
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	82.145,95	0,00
2.4) Outros	60.270,93	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	188.887.919,24	91.105.627,99
4 - Retenções	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	188.887.919,24	91.105.627,99
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	495.480,78	586.467,35
6.1) Receitas financeiras	495.480,78	586.467,35
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	189.383.400,02	91.692.095,34
8 - Distribuição do Valor Adicionado	189.383.400,02	91.692.095,34
8.1) Pessoal e encargos	147.408.889,30	71.888.059,04
8.2) Impostos, taxas e contribuições	182.645,34	108.602,45
8.3) Juros	0,00	70.403,64
8.4) Aluguéis	3.496.400,46	1.329.590,43
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	38.295.464,92	18.295.439,78

mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

continua



continuação Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal

Parecer do Conselho Fiscal Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HOSPITAL ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra

Parecer da Assembleia Geral dos Associados SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HOSPITAL ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-

Relatório dos Auditores Independentes
Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral a Saúde - Rede Assistencial - STS Ipiranga / Jabaquara / Vila Mariana** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da ad-**

Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (HOSPITAL DE SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito

-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (HOSPITAL DE SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana

ministração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se cau-

Família (PABSF), UPA João XXIIAP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2.017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares.

Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENT), Coordenadoria de Emergencial Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13.04.2017. Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg.

(CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENT), Coordenadoria de Emergencial Regional do Leblon - AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19.04.2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..**

sada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/ O- 3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI - SP - 1620.

INVISTA Fibras e Polímeros Brasil Ltda.									
CNPJ 00.021.096/0004-17									
Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31/12/2016 e 2015 - (Em milhares de reais)									
Balanço patrimonial	2016	2015	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Ativo / Circulante	307.603	348.990	Capital social						
Caixa e equivalentes de caixa	68.441	51.754	Saldos em 31/12/2014	352.968	-	179.615	3.639	(218.393)	317.829
Contas a receber de clientes	51.951	36.574	Subscrição de capital	501.000	-	-	-	-	501.000
Contas a receber de partes relacionadas	35.638	88.011	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.340	-	-	-	6.340
Estoques	109.877	148.703	Ajustes de conversão	-	-	285.661	-	-	285.661
Impostos a recuperar circulante	35.723	7.988	Ganhos e perda atuariais, líquidos	-	-	-	357	-	357
Outros Créditos circulante	5.303	15.960	Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(109.303)	(109.303)
Ativo não circulante mantido para venda	670	-	Saldos em 31/12/2015	853.968	6.340	465.276	3.996	(327.696)	1.001.884
Não circulante	650.415	860.077	Subscrição de capital	19.440	(6.340)	-	-	-	13.100
Investimentos restritos	-	4.374	Ajustes de conversão	-	-	(165.137)	-	-	(165.137)
Depósitos judiciais	1.867	2.011	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	(546)	-	(546)
Impostos a recuperar não circulante	71.803	101.439	Prejuízo do exercício	(42.129)	(42.129)	-	-	-	-
Outros Créditos não circulante	601	709	Saldos em 31/12/2016	873.408	-	300.139	3.450	(369.825)	807.172
Imobilizado	575.501	750.672	Demonstração do Fluxo de Caixa						
Intangível	643	872	Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Total do Ativo	958.018	1.209.067	Prejuízo do exercício	(42.129)	(109.303)				
Balanço patrimonial	2016	2015	Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:						
Passivo / Circulante	89.673	81.768	Depreciação e amortização	36.583	31.496				
Fornecedores	16.729	34.997	Perda na baixa de ativo imobilizado	1.360	2.481				
Contas a pagar a partes relacionadas	61.074	40.785	Perda por ajuste a valor justo	2.740	-				
Salários e contribuições sociais a pagar	10.131	5.154	Provisão para estoques	2.971	38				
Impostos a pagar	102	212	Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.674	(2.313)				
Outras Obrigações-Circulante	637	-	(Reversão)/ Constituição de provisão para contingências	(57)	6.568				
Provisões diversas circulante	1.000	620	Juros e variação cambial sobre mútuo	(27.611)	19.426				
Não circulante	61.173	125.415	Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Provisão para contingências	6.346	9.198	Estoques	35.855	(32.489)				
Empréstimos com partes relacionadas	49.516	111.515	Contas a receber de clientes	(18.051)	10.823				
Obrigações atuariais	5.311	4.702	Contas a receber de parte relacionadas, líquidas das contas a pagar	72.662	(16.127)				
Total do Passivo	150.846	207.183	Impostos a recuperar	1.901	(22.010)				
Patrimônio líquido	807.172	1.001.884	Depósitos judiciais	144	290				
Capital social	873.408	853.968	Outros ativos	10.765	(3.627)				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.340	Fornecedores	(18.268)	2.263				
Ajustes acumulados de conversão	300.139	465.276	Salários e contribuições sociais a pagar	4.977	(3.958)				
Outros resultados abrangentes	3.450	3.996	Demonstração do Resultado						
Prejuízos acumulados	(369.825)	(327.696)	Receita operacional líquida	349.019	424.271				
Total do passivo e do patrimônio líquido	958.018	1.209.067	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(338.602)	(437.256)				
Demonstração do Resultado Abrangente	2016	2015	Prejuízo bruto	10.417	(12.985)				
Prejuízo do exercício	(42.129)	(109.303)	Receitas (Despesas) operacionais: Com vendas	(26.454)	(21.999)				
Ajustes de conversão	(165.137)	285.661							
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	(546)	357							
Resultado abrangente do exercício	(207.812)	176.715							
Carlos Horacio Bibi - Representante legal - CPF: 233.462.368-70									
Daniela Emiko Yokome Pennachin									
Contadora CRC SP-243856/O-7									